

24h

Debate quinzenal agendado para dia 19

Após dois adiamentos, o debate quinzenal com o primeiro-ministro foi remarcado para a próxima quinta-feira no Parlamento. Os partidos foram unânimes em aceitar o pedido do Governo face ao agravamento das consequências do mau tempo no centro do país. A coordenação operacional e a proteção das populações são "prioridades".

Brisa não tem prazo para reabrir A1...

A gestora das autoestradas tem uma equipa de 70 pessoas e maquinaria pesada no terreno para estabilizar a infraestrutura, mas não avança um prazo para a reabertura do troço da A1. As vias alternativas são o corredor A8/A17/A25 ou o IC2. A Brisa assegura não ter conhecimento de nenhuma situação semelhante na sua rede de autoestradas.

... e corredor A8/A17/A25 é alternativa

A Câmara de Coimbra recomenda que o corredor das autoestradas A8/A17/A25 seja usado como principal alternativa à A1, totalmente cortada na quarta-feira entre Coimbra Norte e Coimbra Sul. O Itinerário Complementar 2 (IC2) também é "uma solução possível", mas a autarquia não o recomenda.

Seguradoras com 85 mil participações

As seguradoras já receberam 85 mil participações relacionadas com a tempestade e podem rapidamente chegar às 100 mil", diz o presidente da Associação Portuguesa de Seguradores. Galamba de Oliveira adianta que milhares de indemnizações já foram pagas, mas o problema agora "é arranjar quem faça as reparações e pequenas obras".

Apoios simplificados só com calamidade

O Ministério da Agricultura esclareceu que apenas os concelhos em calamidade são elegíveis aos apoios simplificados. Nos restantes concelhos não é possível converter uma declaração de prejuízos em candidatura. O Ministério estima perdas de €300 milhões no sector.

Depressão "Oriana" traz chuva e vento

A depressão "Oriana" não irá afetar Portugal Continental diretamente, mas trará períodos de chuva, por vezes forte, e vento com rajadas até 80 quilómetros por hora, alertou o Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Estava previsto a sua passagem por Portugal durante a madrugada.

Aguiar-Branco diz que AR "tudo fará"

O presidente da Assembleia da República enviou condolências às famílias das vítimas mortais nas sequência da passagem das tempestades e assegurou que o Parlamento tudo fará "para ajudar o país a reerguer-se". José Pedro Aguiar-Branco manifestou consternação "pela situação que se tem vivido nos últimos dias no país" e enviou "uma palavra de sentidas condolências e solidariedade a todas as famílias e amigos das vítimas mortais".

EM DESTAQUE

Laboral Proposta da UGT recebida com espanto

Governo e patrões tentam contornar contraproposta da central sindical. Fator Seguro condiciona

Do lado das confederações patronais com assento na concertação social o tom é de total reserva. Nenhuma quer comentar o conteúdo da proposta de alteração legislativa apresentada pela UGT ao Governo ou sobre a expectativa de um acordo em concertação social, exigido pelo Presidente eleito, António José Seguro, como condição para viabilizar uma alteração ao Código do Trabalho. A exceção é Armindo Monteiro. O presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) reitera que "continua a trabalhar para alcançar um acordo", mas não esclarece o que estaria disposto a acomodar da proposta da UGT para tornar o consenso possível. A proposta que a central sindical

batizou de "Trabalho com Direitos XXI" — uma resposta direta ao anteprojeto "Trabalho XXI", apresentado pelo Governo em julho e que a UGT apontou como um retrocesso nos direitos dos trabalhadores — foi, ao que o Expresso apurou, recebida com espanto e incredulidade pelos líderes das confederações empresariais e pelo Governo.

Entre os patrões, a convicção é de que a UGT não querera, efetivamente, alcançar um acordo. Várias fontes ouvidas pelo Expresso apontam nesse sentido, sublinhando que a central sindical apresentou, com um processo negocial a decorrer, uma proposta que fax tibia rasa da proposta original do Executivo e da contraproposta que apresentou à UGT em novembro passado, parecendo colocar a discussão do pacote laboral no ponto zero.

No documento que agora remeteu ao Governo, reitera as suas linhas

vermelhas (em matérias como o *outsourcing*, banco de horas individual, despedimentos e outras), vincando que estas não se alteraram ao longo do processo negocial. Volta a sublinhar que a sua posição de recusa ao anteprojeto do Governo "não se alterou" e aponta precisamente em sentido contrário ao do Executivo.

O Governo mantém silêncio, num momento em que os efeitos das tempestades ocupam a quase 100% os gabinetes. A exceção foi Luís Montenegro: na noite das presidenciais, o primeiro-ministro disse aos jornalistas ser "natural que haja uma evolução e que, dentro dessa evolução, também algumas reservas que os candidatos, entre os quais o agora Presidente eleito, apresentaram sobre a proposta inicial do Governo possam ser ultrapassadas". O sinal de abertura, porém, foi dito sem comentar em específico a proposta recebida da UGT.

Montenegro prometeu "evolução", mas ninguém no Governo fala da proposta da UGT

Os dois caminhos não se cruzam: enquanto o Governo pretende flexibilizar o mercado de trabalho e a contratação, a central sindical propõe que se penalize a rotatividade excessiva de trabalhadores. Enquanto o Executivo diz que é preciso aumentar a produtividade, a UGT propõe a redução da semana de trabalho para as 35 horas, abreviando a semana de quatro dias e pede a reposição dos 25 dias de férias. Além disso, reforça também os referenciais de pagamento de trabalho suplementar.

Ainda sem data definida para a próxima reunião plenária de concertação social, o Governo conduz agora a negociação da agenda laboral no plano bilateral e nas reuniões de grupos de trabalho (com patrões e sindicatos), o ritmo de três por semana. Rosário Palma Ramalho chegou a garantir que não pretende "eternizar" a negociação e que, com ou sem acordo em concertação social, remeteria ao Parlamento a proposta de alteração legislativa. A dúvida é agora se o objetivo se mantém com Seguro em jogo.

CÁTHIA MATEUS,
com PAULA CARREIRO VARELA
cmateus@expresso.pt

O Cartoon de António Entre os pingos da chuva...



Chefes militares Marcelo às escuras nas nomeações

A duas semanas do prazo, Montenegro ainda não informou Belém sobre se substitui o CEMGFA e o CEME

O processo de substituição dos chefes militares deve ser iniciado, "sempre que possível, pelo menos um mês antes da vacatura do cargo", diz a lei, mas as duas semanas do fim do mandato de duas chefes das Forças Armadas o Presidente da República ainda não tinha sido consultado pelo primeiro-ministro, num processo em que a última palavra é de Belém. No próximo dia 1 de março terminam os três anos de mandato do general José Nunes da Fonseca como chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e do general Eduardo Mendes Ferrão como chefe do Estado-Maior do Exército

(CEME), mas ambos podem ainda ser reconduzidos por mais dois anos.

O Presidente já terá uma opinião formada sobre os cenários possíveis — Marcelo foi crítico da comunicação da CEMGFA após as tempestades — mas Luís Montenegro ainda não falou com Marcelo Rebelo de Sousa sobre o que tenciona fazer, apurou o Expresso. O processo vai decorrer antes da tomada de posse, a 9 de março, do futuro Presidente da República, António José Seguro, cuja opinião deverá ser consultada pelo Presidente em funções. Esta decisão poderá ser formalizada no Conselho de Ministros da próxima quinta-feira ou na seguinte, e o comandante supremo ainda fará uma viagem com os dois chefes às tropas na RCA.

O atual Presidente já noutras ocasiões mostrou desgosto por Luís

Montenegro o manter no escuro até ao limite quanto a escolhas de nomes para altos cargos que dependem de si, como aconteceu com o novo procurador-geral da República. Resta saber como será a coabitação com Seguro quando estes processos se colocarem. A nomeação e exoneração dos chefes militares depende do Presidente, sob proposta do primeiro-ministro, e faz parte do protocolo que ausculta Belém, para que os nomes chumbem, gerando instabilidade de nos comandos militares.

A decisão será tomada quando as Forças Armadas estão fortemente empenhadas na resposta à calamidade, com 3250 militares no terreno, em operações coordenadas pelo EMGFA. Ao mesmo tempo, o calendário coincide com o lançamento do maior investimento de sempre em Defesa, com os €5,8 mil milhões de empréstimos do programa europeu SAFE, e quando o Governo prepara o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional e uma revisão da Lei de Programação Militar.

Se não houver entraves, uma recondução do CEMGFA e do CEME

facilita todo o processo. Mas se Nunes da Fonseca for reconduzido, alertam fontes militares, ficará oito anos como chefe militar, contando com os anos em que comandou o Exército. Mas se o Executivo propuser a substituição de ambos, isso obriga a procedimentos mais complexos e à mudança de três chefes. A substituição do chefe do Exército (a acontecer) teria de ser realizada mais cedo, para o CEMGFA ainda em funções poder emitir o seu parecer e para o Conselho Superior do Exército dar a sua opinião. Seguir-se-ia o processo de substituição do CEMGFA, o que abriria uma vaga na chefia de um dos outros ramos.

No caso de o Governo decidir substituir Nunes da Fonseca, o mais bem colocado para lhe suceder é o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general João Cartaxo Alves, cujo mandato já foi prorrogado até fevereiro de 2027. A expectativa é de que o próximo CEMGFA seja um oficial da Força Aérea, que não ocupa o cargo desde 2014.

VÍTOR MATOS
vmatos@expresso.pt